

Hierarquização e segregação em um bairro popular

Mauro Guilherme Pinheiro Koury

Professor da UFPB

Este artigo procura compreender como os processos de construção da semelhança e da dessemelhança, das bases de afirmação e de superação do estranhamento, e das estratégias projetivas em que se baseiam as conformações discursivas se formam entre os habitantes de um bairro popular da cidade de João Pessoa, Paraíba, Brasil. Neste texto, busca-se entender como tais processos são conformados e informados, continuamente, entre os indivíduos e os grupos sociais que no bairro habitam. Intenta-se também analisar os processos sentidos e vivenciados como polares e vistos como opostos e complementares, no estabelecimento de ações socialmente dispostas e em permanente resignificação.

Palavras-chaves: sociabilidade, medos corriqueiros, hierarquização, segregação, bairro popular

The article **Hierarchization and Segregation in a Low-Income Neighbourhood** investigates constructive processes among the inhabitants of a low-income neighbourhood in João Pessoa, Paraíba, Brazil; processes that form notions of similarity and dissimilarity, assertion and overcoming of estrangement, and the projective strategies underlying the development of discourse among those people. The text attempts to explain how such processes are continuously formed and informed among the individuals and social groups in the neighbourhood. It also aims to review the processes felt and experienced as complementary and opposite extremes, wherein socially arranged actions that are constantly redefined are established.

Keywords: sociability, everyday fears, hierarchization, segregation, low-income neighbourhood

A análise proposta neste artigo parte da hipótese central de que o medo é uma construção social significativa e um instrumento analítico fundamental para se pensar os embates de configuração e os processos de sociabilidade (KOURY, 2002) e de formação dos instrumentos da ordem e da desordem que desenham dialeticamente a ação dos sujeitos e grupos em contato. A análise social do medo, assim, compreende um jogo permanente de manutenção, conformação e transformação de projetos sociais e individuais realizados sempre enquanto redes de conflito que informam e formulam um social em um tempo e em um espaço determinado (THÉVENOT, 1990). É a partir de tais considerações que falaremos de um projeto em andamento que busca relacionar a questão do medo com a construção imaginária das cidades por seus habitantes, no caso a cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba (KOURY, 2008).

Recebido em: 23/07/2011

Aprovado em: 07/08/2011

Com tal pesquisa, tem-se a preocupação de compreender como se formam e se informam continuamente os processos de construção de semelhança e de dessemelhança entre indivíduos e grupos sociais, as bases de afirmação e superação do estranhamento, e as estratégias projetivas em que se assentam as conformações discursivas dos habitantes dos bairros da cidade de João Pessoa. São processos aparentemente sentidos pelos que os vivenciam como polares, e vistos aqui como opostos e complementares no estabelecimento de ações a afirmações socialmente dispostas e em permanente resignificação.

A pesquisa tem a preocupação, também, de compreender como se constroem as bases para o estabelecimento dos códigos de conhecimento e confiança e dos de desconhecimento e falsidade, bem como entender em que termos práticos e simbólicos se assentam esses códigos nas configurações expressadas socialmente em uma comunidade determinada (KOURY, 2010), especificamente para este artigo, os moradores do bairro da Ilha do Bispo, na capital do estado. Busca-se analisar como se configuram e se estabelecem os polos antagônicos e relacionais da mentira e da verdade em um social dado, que levam os membros de uma determinada organização a serem aceitos, rejeitados, estigmatizados e sempre hierarquizados como sinais de reconhecimento de si próprios e imposição de semelhança ou de distância aos demais, sendo o medo na condição de conjunto informativo (GOFFMAN, 1988, LOTMAN, 1981, ELIAS, 1990 e 1993), compreensivo e organizativo fundamental.

Além do proposto, almeja-se compreender ainda as bases da construção social possível em que se assentam os códigos do silêncio e da discrição, códigos que fundamentam as práticas simbólicas do segredo como mecanismo estruturador de ordenamentos sociais que unem indivíduos e grupos e fundam comunidades, e os elementos de proteção, de confiança e de confissão que alimentam e reforçam uma rede simbólica efetiva, ao mesmo tempo que constroem seus membros a um controle acima deles mesmos e sempre renovado na condição de prova de sua lealdade.

Este artigo visa não apenas compreender o medo por meio da ótica de habitantes vistos como excluídos sociais da cidade, com todo o processo de sujeição, risco e disciplinamento a que estão expostos, mas também como comunidades estruturadas e que detêm um conhecimento de si e dos outros singulares e,

até certo ponto, mais conformes com elementos de tradição e de solidariedade. Procura, também, identificar os elementos que informam as representações sociais dos habitantes do lugar, os anseios e as ações cotidianas pessoais, de onde estão inseridos e da cidade como um todo, bem como sua relação com os demais habitantes e com o território de João Pessoa em geral.

Não se procura, aqui, um medo específico, mas a compreensão das representações sociais sobre esse sentimento, como algo assentado em formulações banais e corriqueiras da ação social, que informa e fundamenta as possibilidades de conformação de um conjunto societário específico. O medo não é visto apenas como ameaça, mas também como possibilidade de uma nova articulação reativa.

A análise sobre o medo é vista, enfim, como um dos fatores estruturadores fundamentais, entre outros, da construção imaginária e social da cidade, tendo as noções de estranhamento e de conflito social uma dimensão primordial organizadora de sociabilidade e de criação societária do bairro analisado e da cidade de João Pessoa em sua totalidade.

Sobre o processo de formação do bairro da Ilha do Bispo

Nas representações de seus moradores, o bairro da Ilha do Bispo é um dos bairros mais antigos da capital. Sua instauração e ocupação, nas narrativas de vários informantes, se dão junto à fundação da própria cidade de João Pessoa. O cenário de seu aparecimento foram as lutas travadas entre os índios potiguaras e tabajaras, que guerreavam entre si e contra os europeus no período da colonização. O bairro da Ilha do Bispo, então, teria a sua origem no tratado de paz entre as tribos indígenas e os portugueses.

O acordo de pacificação que marca a fundação da cidade teria sido celebrado onde hoje é o bairro da Ilha do Bispo, local em que residia o cacique piragibe. É comum nas falas dos entrevistados a atribuição de antiguidade ao lugar pelo fato de ter abrigado índios: “Olhe, seu moço, isso aqui é tão antigo, que o senhor *num* sabe! Aqui foi o local de morada do índio piragibe. Bem aqui, ó, onde tem aquela placa, que é uma homenagem a ele.” (dona Maria Quitéria). Também neste outro comentário: “Aqui só tinha índio. Tá vendo aquela placa ali? É uma homenagem pra ele.” (seu Edmilson).

O bairro da Ilha do Bispo nasceu como uma consequência do povoamento em torno do Cruzeiro da Graça, chamado, posteriormente Cruzeiro das Almas ou Cruz das Almas. Esse povoamento deu origem aos atuais bairros de Cruz das Armas e da Ilha do Bispo, que surgiram associados. A origem da Ilha do Bispo remonta aos antigos sítios que circundavam o centro da cidade e que pouco a pouco foram se urbanizando, por vezes, precariamente (RODRIGUEZ, 1981). O lugar era até então desabitado, com poucas moradias e composto por sítios e pelo Engenho da Graça, pertencente ao clero católico.

O processo sistemático de ocupação e urbanização do bairro, contudo, acontecerá, principalmente, a partir da segunda metade da década de 1930, e se realiza *pari passu* à inauguração e ao funcionamento da fábrica de cimento e da usina de óleo Matarazzo. Seu Aluísio, antigo morador do bairro, que chegou a construir sua moradia no local um pouco antes da chegada da fábrica de cimento, logo após chegar do interior com a mulher, recém-casados, conta:

Quando cheguei por aqui, não tinha quase casa. Era uma casa ali, outra aqui, outra mais pra cima, e tinha uns sítios, e umas poucas ruas, menos do que ruas, umas trilhas, por onde o povo passava e ia seguindo o caminho das casas e as beiradas dos sítios. Depois que a fábrica se montou aí começou a ajuntar mais o negócio, foi construída umas casas pros trabalhadores de lá e aí as ruas foram apurmando, foram traçando depois avenida, separando o bairro e destruindo umas ruas, até que deu o que senhor tá vendo hoje (*sic*).

Segundo seu Genival, outro antigo morador do bairro, “a habitação (...) era pouca, e foi aumentando depois de 1935... A população foi aumentando... A tendência de crescer do bairro tava aumentando”.

O bairro conta hoje, segundo o IBGE (2010), com uma população aproximada de 6.139 habitantes. Possui 1.347 domicílios, dos quais mais de 794 residências se localizam em *aglomerados subnormais*¹. Mais da metade das habitações do bairro – 58,95% das moradias – encontra-se, desse modo, abaixo da linha da pobreza.

1 A partir de 2010, houve uma intervenção do governo do estado e da prefeitura, com a construção de vários blocos habitacionais no entorno do bairro. Até o presente momento, nenhum dos blocos foi terminado. Há um forte receio dos moradores sobre se eles serão beneficiados com as novas moradias ou se, quando entregues, elas serão destinadas a outros indivíduos de outros bairros, e o que acontecerá com as áreas por eles habitadas e com eles próprios.

A Ilha do Bispo é uma área insular situada entre o Rio Sanhauá e um de seus afluentes. Sua vegetação característica é o mangue, berçário natural da vida marinha e fonte de alimentos, como peixes e caranguejos. A paisagem natural tem sido constantemente modificada, como consequência de aterros desordenados.

O aterro do mangue para a construção de casas, ou simplesmente para se livrar da lama, alterou a característica insular do bairro. Do estabelecimento da fábrica até hoje, o local sofreu alterações significativas na estrutura espacial; várias casas foram destruídas para ordenamento e disciplinamento das ruas; outras deixaram de existir e surgiram várias novas ou com denominações diferentes que interferem ainda hoje na memória dos seus moradores mais antigos.

Na década de 1990 foram, enfim, construídas duas vias expressas. A primeira foi a Avenida Liberdade, ligando a cidade de João Pessoa à cidade de Bayeux. A sua construção aterrou uma grande área de mangue e motivou a ocupação desenfreada pela população pobre da cidade da área aterrada, conhecida como Mangue Seco. A segunda foi a Via Oeste, que serve de acesso entre o terminal rodoviário e a BR-101, passando pelo bairro do Alto do Mateus.

O afluente do Rio Sanhauá foi praticamente extinto pelos aterros. Atualmente, a impressão que se tem da Ilha do Bispo é a de que seus limites naturais foram substituídos pelas estradas de asfalto. As duas vias modificaram a feição espacial do bairro para a que se tem hoje ampliando, de um lado, as moradias de baixa renda na ocupação do Mangue Seco sobre a área aterrada para a construção da Avenida Liberdade e, de outro lado, destruindo completa ou parcialmente ou modificando áreas e edificações antigas do bairro, “destruindo, seu moço, inclusive, a Igreja do Nosso Senhor do Bonfim”, como se observa no lamento de seu Pedro Flores.

Do ponto de vista de vários entrevistados, com a construção das duas vias e, principalmente a Via Oeste, houve uma divisão nítida no bairro, de um lado a área industrial e, do outro, a área residencial. Isso ocasionou uma ação de reapropriação de terreno por parte da fábrica sobre os antigos moradores do bairro que ficaram na área industrial.

A indústria alegou necessidade do terreno em que estavam construídas moradias. Houve resistências, tentativas de acordo, propostas de compra das benfeitorias nas terras aforadas, até que houve a expulsão de quase todos os antigos moradores para fora da área da fábrica. A maior parte dos moradores desalojados montou novas casas no lado residencial da Ilha do Bispo, na área conhecida por Mangue Seco, cujo terreno pertence à União. Outros seguiram para vários outros bairros ou espaços livres da cidade de João Pessoa para fixar residência, compondo o mapa básico atual do bairro.

A Ilha do Bispo sofreu desse modo vários processos conflituais em sua constituição, causando sentimentos de perdas e de medos (TEIXEIRA, 2007). A marca de quase todas as narrativas dos informantes é o relato das carências e a reconstrução dos mapas cognitivos (BOURDIEU, 1990) que asseguram os elementos essenciais da memória dos diversos traçados que o bairro possuiu. Relatos construídos através da narrativa de muitas lutas e tensões, e do medo de novas investidas sobre o bairro, modificando espaços e de novo expulsando os moradores do lugar.

O mapa principal do bairro da Ilha do Bispo é formado hoje por um conjunto de três ruas principais: a Rua Lopo Garro, a Avenida Redenção e a Rua Carneiro de Campos. Estas duas últimas são cortadas pelas ruas Alfredo Portela, Cícero Moura e pela Rua Senhor do Bonfim. As travessas Lopo Garro e Redenção, por sua vez, cortam a Rua Lopo Garro. Compõe o bairro, ainda, a Via Oeste, que separa a área residencial da industrial, a fábrica de cimento, a Praça Índio Piragibe, a Mata da Graça e o Cemitério da Boa Sentença.

Nos arredores da Avenida Redenção tem lugar a maior circulação de pessoas do bairro. Lá se concentram os bares, no total de 14, uma das plataformas da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), que liga Bayeux a Cabedelo e que cruza a Avenida ao meio, e a rota de ônibus coletivo da empresa Mandacaruense, que faz a linha Ilha do Bispo-Shopping Manaíra. Na Avenida Redenção se localizam ainda quatro igrejas protestantes, a Capela de Santo Antônio, um centro de umbanda e várias unidades residenciais. Dada a extensão da avenida, esses espaços se distribuem de forma equilibrada.

Na Rua Carneiro Campos estão localizados dois dos três colégios do bairro, além do posto de saúde, da creche municipal, da Igreja Senhor do Bonfim e do Centro Maguary de Lazer. O outro colégio do bairro se localiza na Rua Lopo Garro.

A circulação das pessoas se restringe à entrada e à saída dos alunos nas escolas, a visita ao posto de saúde, às igrejas, às idas para o Centro ou outros bairros, para casas de vizinhos ou bares. Os moradores ainda costumam conversar nas calçadas, em pé nos muros ou em cadeiras colocadas na rua. A visão dos moradores sentados na frente das casas, em pé nos portões, a conversar, a *papear*, a colocar as notícias em dia, a informar ou se inteirar das fofocas, a jogar dominó, é permanente e cotidiana. Parece que nunca saem de lá, a não ser nos intervalos de um deslocamento ou outro do bairro ou nas lidas diárias do cuidar da casa ou do trabalho. Mas sempre estão presentes, como uma grande comunidade.

A circulação e o movimento de pessoas pelas ruas do bairro são feitos, geralmente, pelos próprios moradores do lugar. De manhã cedo, as crianças se dirigem para as escolas e as pessoas que trabalham no Centro ou em outros bairros saem para mais um dia de trabalho. Cena repetida no final da manhã e no final do dia, com o retorno para casa.

O movimento de ir e vir às casas dos vizinhos é permanente. Também é frequente a ida aos dois armazéns do bairro, a visita ao centro da cidade e a outros bairros para lazer, fazer compras ou resolver algum *negócio*.

A gente vive nesse vai e vem no bairro e vez ou outra perambula, por negócio ou pra visitar parentes, pela cidade. Mas, no mais das vezes, a gente fica mesmo é por aqui, ou fazendo os serviços da casa, cuidando dos meninos, ou papeando com as amigas e vizinhas (dona Josefa, moradora local).

Durante a tarde, veem-se grupos de pessoas reunidas, conversando, bebendo, namorando ou fazendo negócios. Os mais velhos se reúnem na praça, os mais jovens ficam nos bares ou no centro comunitário, que também se localiza na Avenida Redenção.

A ida de pessoas de fora do bairro às casas dos moradores não é muito frequente, a não ser no caso de parentes ou amigos que chegam para conversar alguma coisa especial ou em ocasiões também especiais como aniversários e outras datas significativas. São os bares, em geral, que recebem pessoas vindas de outros bairros, na maioria das vezes algum amigo, parente ou colega de algum dos moradores do local. Dessa forma, quase todos são conhecidos entre si, de maneira direta ou indireta, por saber que aquele fulano ou fulana é ligado(a) a um determinado morador.

O movimento de caminhões no horário comercial, carregados com matéria-prima e a produção da fábrica de cimento, localizada do lado direito da Ilha no sentido bairro-Centro, também é constante, bem como os motoristas, cobradores e fiscais das linhas de ônibus que circulam pela Praça Índio Piragibe entre uma parada e outra.

Perguntados sobre os espaços de maior movimento no bairro, os moradores afirmam quase unanimemente ser a Avenida Redenção. Apontada como a principal do bairro, é o local onde todo mundo se encontra. A Praça Índio Piragibe, o ponto final de ônibus, e o Mangue Seco, passagem obrigatória para quem se dirige aos municípios de Bayeux e Santa Rita, também são apontados como pontos importantes de circulação e encontro do bairro. São locais de troca, de informação, de lazer e espaços de solidariedade. O nível de entrosamento e o conhecimento comum criam uma espécie de sociabilidade básica, entre os espaços da casa e da rua, mais ampla e mais densa que a fundada nos laços familiares, porém significativa e estável. São pontos de referência comuns, que ampliam e sedimentam os laços de vizinhança, onde todos se conhecem e se sentem entre iguais.

Esses pontos referenciais também se ampliam por meio do convívio cotidiano entre os moradores. Os bares, por exemplo, são pontos de apoio e de localização. Mesmo que um morador específico não frequente sabe que aquele outro está lá, senão em quase toda hora de folga, “no horário tal e qual”, como disse dona Pequena, moradora da Travessa Redenção. As escolas, as igrejas, o centro comunitário, o Maguary Esporte Clube, são também locais de reunião e contato de jovens e adultos, que se encontram para a organização das comemorações de rua, de festinhas nos finais de semana, de apresentações de bandas, de rezas e orações, para discutirem os problemas do bairro, entre outras possibilidades.

Espaços que inspiram perigos

Alguns espaços do bairro são tidos como perigosos e são malvistas pelos moradores. Quase todos apontam os locais conhecidos por Cangote do Urubu, Condomínio Índio Piragibe, popularmente chamado de Titanic, e o Conjunto Frei Marcelino como áreas perigosas, e outros pontos considerados favelas pelos habitantes, como as de Aratu, Tanque, Buraco da Jia, Mangue Seco, Redenção e Santa Emilia de Rodat.

O primeiro, Cangote do Urubu, é uma zona considerada de ocupação mais recente, datada dos últimos 20 anos. A área é chamada de favela pelos demais habitantes do bairro. Situada por trás do Cemitério do Senhor da Boa Sentença, é considerado um lugar perigoso, onde “se cafufa² tudo o que não presta de gente”, como falou o seu Adaílton, complementado por dona Terezinha, que diz que “lá tem todo tipo de gente, tudo ruim, as mulheres são tudo da vida, os meninos maloqueiros, os homens bandidos, lá tem briga o tempo todo, tudo que é gente mal-encarada baixa por ali”.

O segundo e o terceiro locais citados pelos moradores do bairro são conhecidos por Condomínio Índio Piragibe e por Conjunto Frei Marcelino. Este último foi construído em 1988, em um terreno doado pela fábrica de cimento para acomodar famílias de sem-teto, algumas do próprio bairro, desalojadas pelas intervenções urbanas que modificaram a feição do bairro, e outras, para desgosto dos moradores, de fora da área.

O condomínio, por sua vez, tem relação com a luta dos sem-teto que, no início da década de 1990, ocuparam a Escola Peregrino de Carvalho, então em construção, que terminou como abrigo para 40 famílias. Depois de muita negociação, com a interferência da Igreja Católica, foi construído um conjunto habitacional que ganhou o nome de Condomínio Índio Piragibe. No fim daquela década, por fim, as famílias abrigadas na escola foram transferidas pela prefeitura para lá. Depois de realocadas, a obra da escola foi concluída e começou a funcionar no ano 2000.

Muitas das famílias transferidas para o condomínio sublocaram ou venderam seus apartamentos, deslocando-se para outros bairros ou áreas de ocupação. Hoje a habitação é uma área em decadência e malvista pelos moradores da Ilha.

2 O termo cafufa significa esconde ou abriga.

Hierarquização e segregação

Ao conversar com alguns moradores do Cangote do Urubu, do Condomínio Índio Piragibe e do Conjunto Frei Marcelino muitos deles concordam com a opinião dos demais moradores da Ilha do Bispo de que lá moram muitos “ladrões, maconheiros, gente ruim”, mas também “tem muita gente de bem, trabalhador pobre, mas honesto”, como afirmou seu Galunga, morador do Condomínio Índio Piragibe.

Dona Chiquita, residente no Cangote do Urubu, por sua vez, em seu depoimento, complementa que

os lá de baixo [*referindo-se aos moradores da Ilha do Bispo*] são cheios de nhem-nhem-nhem, acham que têm o rei na barriga porque são remediados e olham a gente com medo ou como gente ruim, mas aqui não é tudo assim, não; tem mulher de respeito, tem gente direita e temente a Deus, tem pais de família batalhadores, só que pobres e desempregados e vivendo do que se pode e como pode.

Os moradores da Ilha do Bispo falam mal e segregam os moradores do Cangote do Urubu, do Conjunto Frei Marcelino e do Condomínio Índio Piragibe, estabelecendo uma hierarquização entre os habitantes do bairro. Os *de lá*, referindo-se tanto ao Cangote quanto ao condomínio e ao conjunto, são mais pobres, são bandidos, são perigosos, são drogados, são sujos e “não se dão ao respeito”. Essa separação é vivida pelos habitantes da Ilha do Bispo como uma espécie de superioridade em relação aos das outras áreas, os quais, por sua vez, introjetam essa imagem de mais pobres, de lugar perigoso, mas buscam escapar do estigma pela generalização da Ilha do Bispo sobre todos os moradores do Cangote, do conjunto ou do condomínio: “aqui também tem gente de bem”. É interessante verificar, de forma comparativa, o trabalho de Elias (2000) sobre a comunidade inglesa de Winston Parva, ficando atento para a construção de hierarquias e oposições em comunidades aparentemente de iguais.

A discussão é moral e está inscrita no interior de uma argumentação onde o pobre e o trabalhador se diferenciam pela disposição ao trabalho. A pobreza em si é vista como um elemento depreciativo se não acompanhada pela adjetivação

“trabalhador”: “sou pobre, mas trabalhador”, por exemplo. A pobreza não adjetivada pelas categorias de trabalho, honestidade, temor a Deus, é vista pelos próprios moradores também em situação econômica precária como algo perigoso.

Os *surveys* realizados pelo Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções (Grem) no Bairro da Ilha do Bispo em 2002, 2006 e 2010, indicam que a vida dos moradores locais vem se deteriorando: o número dos habitantes que em 2006 ganhavam até dois salários mínimos se reduziu bastante. Muitos se encontram desempregados e vivem em condição de vida precária, abaixo da linha da pobreza. Nesse sentido, pouco se diferenciam dos que moram nas áreas chamadas de Cangote do Urubu, Conjunto Frei Marcelino ou Condomínio Índio Piragibe, embora continuem sendo discriminados por elas.

A diferenciação se dá mais por ordem de antiguidade, daqueles que vivem no núcleo central do bairro, e moram lá há mais tempo, alguns vindos de gerações anteriores. As condições das casas também pouco se diferenciam. Nos últimos 20 anos de ocupação do Cangote do Urubu, muitas das residências construídas como barracos de ocupação ganharam paredes de tijolos e os corredores por onde se transita ganharam um pouco mais de disciplinamento, pela renovação dos moradores em várias fases de ocupação, embora ainda haja várias casas de madeira, algumas com paredes internas de papelão. Nos últimos seis anos de ocupação do Condomínio Índio Piragibe, é bem verdade, houve uma degradação do conjunto residencial, mas as condições de moradia também pouco se diferenciam das do bairro em sua totalidade. A existência de sublocações, de mais de uma família morar em um mesmo espaço, não é estranha aos moradores da Ilha. Muitas famílias fazem isso, residindo mais de um casal com filhos e outros agregados em um mesmo espaço residencial.

No Conjunto Frei Marcelino, por seu turno, nenhuma diferença significativa existe entre os demais moradores da Ilha, a não ser de muitos dos seus habitantes terem sido trazidos de fora do bairro, durante a entrega das residências. O local foi ficando, deste modo, sob suspeita, e a suspeição aumentando quando muitos sublocaram as residências ou as transferiram para mãos de terceiros.

Muitos dos moradores do Cangote, do conjunto ou do condomínio, por seu turno, como os demais do bairro, em sua maioria, têm emprego fixo ou uma profissão, como as de pedreiro, encanador, ajudante de pedreiro, marceneiro, vigia noturno, empregada doméstica, manicura, entre outras, mas a maioria vive no mercado informal como ambulante, ou em bicos. No geral, a renda mensal por residência não chega a dois salários mínimos, como no restante do bairro.

A área em que residem, porém, é sentida pelos próprios moradores do lugar como estigmatizante. Eles se sentem inferiorizados por nela habitar³. Daí a necessidade de adjetivações de si próprios como “pobres, porém trabalhadores”, “tementes a Deus”, “honestos” e outras tantas que restauram ou minoram, perante eles mesmos e os outros do bairro ou da cidade, a dignidade e a autoestima (SENNETT, 2004).

Os moradores do restante da Ilha do Bispo, apesar de também se encontrarem em situação econômica e em condição de vida tão precária quanto a dos do Cangote do Urubu ou do Condomínio Índio Piragibe, veem a si próprios como possuidores de tradição no lugar, o que os distingue dos demais, considerados invasores, mais pobres, mais perigosos e que desonram o bairro. O conceito de *honra* (PITT-RIVERS, 1988), assim, se junta ao de *tradição e tempo de moradia* no bairro, parecendo atribuir o direito ao orgulho de si como moradores antigos, diferenciando-os e os dignificando em relação aos moradores que lá residem há pouco tempo. São os outros, qualificados como invasores, que deterioram a imagem do bairro na cidade, comprometendo a todos.

Tenso convívio

Outro local evitado pelos moradores é à beira da linha férrea. É uma tensão permanente entre os moradores, principalmente nos locais onde falta uma parede de proteção. Muitas histórias são contadas de pessoas, principalmente crianças, atropeladas por trens. Ainda referente à linha férrea, indicam a estação, à noite, como um lugar a ser evitado. É lá que se encontram os marginais, “é uma boca de fumo que só o senhor vendo. Tudo o que num presta acontece por ali à noite”, disse dona Bia, moradora da travessa Carneiro Campos.

3 Ver, em termos comparativos, Elias e Scotson (2000).

A ponte que separa a Ilha do Bispo do bairro do Alto do Mateus e do Conjunto Brasília é outro local considerado perigoso, porque “os bandidos ficam por ali e pegam os descuidados para assaltar e matar”, como revela o depoimento de dona Bia. Os lugares apontados pelos moradores como perigosos são espaços que fazem parte do bairro, se confundem com ele, se misturam. São lugares vistos sob a ótica do medo e da tensão entre os moradores e, por isso, possibilitam uma demarcação moral entre os bons e os maus habitantes. Ao mesmo tempo, permitem certa troca de favores e alianças entre os residentes.

Por se situarem no próprio bairro, por estarem sempre se interconectando como presenças contínuas naquele espaço, e pelo fato de todos serem conhecidos de todos, os moradores informam também que, sendo um pai ou uma mãe de família, uma moça de respeito ou um rapaz ajuizado, e tendo que passar pelas áreas perigosas à noite ou em horários mais desertos,

os bandidos *num* atacam, não. Respeitam! Conto para o senhor um caso de um pai de família que mora logo ali adiante, *que* o filho pequeno ficou doente e ele saiu a pé desesperado com a criança nos braços. Uns mal-encarados queriam atacar ele, mas a turma que tavam com eles *num* deixaram, não, e até deram cobertura para o homem com a criança atingir um ponto com uma Kombi para levar a criança para o hospital (*sic*).

O depoimento de seu Flores deixa claro duas questões sempre abordadas pelos moradores do bairro quando falam dos lugares tidos como perigosos. A primeira diz respeito a uma troca de favores entre os moradores tidos como perigosos e os tidos como não perigosos. Graças ao conhecimento de um sobre o outro, há um código de confiança e proteção. Isso ocorre a não ser que haja traição de uma das partes, o que obriga a outra a se vingar, matando ou deixando o outro ser roubado, ou ainda indicando para a polícia, no anonimato, alguém procurado. A outra questão é que, para o conjunto dos moradores da Ilha do Bispo, independentemente do local hierarquizado em que moram, são os de fora que dão medo e oferecem maior perigo.

Fronteira, perigo e estranhamento

De uma forma ou de outra, quem mora no Condomínio Índio Piragibe, no Cangote do Urubu, no Conjunto Frei Marcelino, ou nas demais áreas consideradas de favela vieram de fora do bairro, mais pelo tempo que residem permitem uma convivência tensa mais no interior de alianças possíveis que comemoram ou dão sentido a uma coexistência comum. “O grande problema é o pessoal que vem de fora”, diz dona Bia. A violência vem de fora para dentro, e o que acontece no bairro é acobertado pelos que lá residem, principalmente, nas representações locais, pelas pessoas que habitam as áreas de má fama. Vem pelas áreas de fronteira, seja através da linha férrea ou pela ponte, locais que sempre são vistos como perigosos e contaminadores dos jovens locais, já que são frequentados por marginais, vindos de outros bairros ou cidades limítrofes, e são todos locais perigosos na percepção dos habitantes da Ilha do Bispo: como Bayeux, Alto do Mateus ou pelos lados do Oitizeiro, Trinchiras ou Cruz das Armas⁴. Seu Antonio afirma, “Eles vêm *praqui* e se junta com os que não presta do bairro e, muitas vez, seduzindo meninos e meninas legais do bairro”⁵. No que é acrescentado por seu Armando:

A bandidagem puxa fumo a noite inteira, bebe e faz algazarra, além de roubarem pais de família e os desavisados que passam por ali. Muitas vezes os pais de família que têm que atravessar a pé o bairro vindo de Bayeux pra cidade são vítimas desse povo que vem de fora e se acumula nas frestas e nas porteiças do bairro.

Seu José, em seu depoimento, faz uma ligação entre o perigo de fora e os indivíduos que moram nos espaços considerados perigosos do bairro, também considerados sujeitos não confiáveis, que estimulam e provocam medo e desgastam a imagem da região na cidade. Ele informa que

esses caras de fora do bairro muitas vezes são elementos acobertados pelos indivíduos que moram nesses redutos de bandidagem que são o Cangote do Urubu e esses condomínios mal-afamados. São locados pelos que veio também de fora e hoje se assentam como um posto armado nas áreas de favela do bairro e, principalmente, no Titanic e no Cangote.

4 Conforme a Lei Municipal nº 1.574, de 4 de setembro de 1998, os bairros limítrofes à Ilha do Bispo são: ao norte: Bayeux; sul: Oitizeiro; leste: Cruz das Armas e Trinchiras e, a oeste: Bayeux e Alto do Mateus.

5 Ver, em termos comparativos, os trabalhos de Zaluar e Ribeiro (2009) e Tirelli (1996).

Dona Esmerenciana, por sua vez, põe o dedo no estigma presente no bairro que diferencia as áreas em que circulam os sujeitos de bem, moradores considerados tradicionais, e as dos mal-afamados. Sua observação indica o medo do contágio que os habitantes das áreas mal-afamadas e os sujeitos vindos de fora que as frequentam e ocupam o espaço de suas fronteiras podem exercer sobre os habitantes tradicionais, sobretudo os mais jovens. Segundo ela,

esses dão má fama ao bairro e pioram a situação dos nossos meninos. Tenho o maior medo de os meus filhos se juntarem a eles. Tem dona Maria, que mora ali na Travessa Redenção, que teve um filho morto recentemente pela polícia. Era um menino muito bom, até que se envolveu com uma moleca lá do Cango-te e deu para o que *num* presta. Começou a beber, a puxar uns rolos, a se envolver com assalto, e aí, *num* pega com a polícia, mataram ele.

O depoimento de dona Zefinha, que mora na Rua Frei Herculano, adverte, também, que são os outros, os de fora do bairro, sob a permissão de moradores de áreas tidas como perigosas da Ilha, que trazem medo e tensão para o bairro. Tensão porque, entre outros elementos que elevam o conflito entre os moradores, como o perigo eminente de virem a sofrer estupros, roubos e mesmo morte, ou de indicarem a má fama do bairro para a cidade de João Pessoa, se encontra o perigo de terem os filhos arrastados para “o que *num* presta”.

Desse modo, as formas de sociabilidade expostas nas situações experienciadas e ou relatadas pelos moradores demonstraram ambivalências que permeiam as relações de vizinhança e que determinado grupo assume diante de situações de medo e instabilidade no grupo no que diz respeito às hierarquizações estabelecidas na comunidade. De um lado, as áreas tidas como perigosas são consideradas áreas de ocupação recente, de grupos não de todo codificados pelos demais moradores. Por outro lado, são compostas por sujeitos que frequentam os mesmos locais, que trafegam pelas ruas, que são conhecidos de todos. O que empurra a narrativa dos moradores para os que vêm de fora do bairro para “fazer o que *num* presta por aqui”.

Esse segundo discurso organiza a narrativa proposta pelos moradores. Pois os que vêm de fora são acobertados pelos outros das áreas consideradas perigosas,

porque lá abriga toda sorte de gente, como maconheiros, bandidos... Essas pessoas de fora, acobertadas pelos que se locam nas favelas é que trazem a violência pro bairro e as situações de medo, de insegurança, discórdias, desarmonia, desavenças e, principalmente, de maus exemplos pras nossas crianças. É claro que muitas vezes eles tratam de segurar os safados de fora que querem perturbar com os cidadãos daqui, mas são tudo igual, farinha do mesmo saco.

O depoimento do seu Arnaldo coloca a ordem no discurso do outro na comunidade. Ao afirmar que “são tudo igual, farinha do mesmo saco”, segmenta mais uma vez os moradores da Ilha entre os de fora e os de dentro. Os de fora se estendendo para os moradores das áreas consideradas perigosas. Por outro lado, porém, os de fora também sofrem uma segmentação entre os que moram na comunidade e os que moram em outros bairros, que vem para a Ilha para “fazer o que *num* presta”.

Nessa segunda segmentação, afirma de um lado, que os que moram na comunidade “muitas vezes tratam de segurar os safados de fora que querem perturbar com os cidadãos daqui”, conotando uma imagem de pertença aos moradores da comunidade e uma troca de solidariedade e certa reciprocidade afirmativa em alianças ao conjunto do lugar. São os outros, os que vêm de fora e são acobertados pelos que moram no bairro que são a fonte do perigo. E pior, os que acobertam podem ser, também e talvez, seus próprios filhos. Uma vez que muitos são “meninos e meninas legais do bairro”, seduzidos pelos outros.

Na representação local, a imagem de um bairro violento, onde vivem marginais, só começa com o surgimento da nova geração de moradores, como informa seu Edmilson,

até os anos 1950, nunca foi visto um crime na Ilha; dos anos 1950 pra cá, 1960, aí foi se desesperando as coisas e aí apareceram muitos crimes; e dos anos 1960 pra cá, aí começou mesmo, a nova geração, a geração hoje é muito brava. O mais comportado foi esse povo de trás. Aqui na Ilha, nos anos 1930, 1940, a gente não via um crime, era a maioria de um povo trabalhador.

Ou, como reforça Israel, “a perturbação que tem aqui são dos que vêm de fora, não são do povo da Ilha”. Ele expõe a grande revolta dos moradores, presente nos depoimentos, ao apontar o que denigre a imagem do bairro junto à cidade, ser um local violento.

Notas finais: pobreza e abandono

A revolta dos moradores, porém, embora tenha a imagem do bairro como violento como principal ponto de inflexão aponta para outra direção específica, que engloba todos os moradores do bairro em um e mesmo discurso. Para os habitantes da Ilha, em seu conjunto, o motivo dos problemas sociais existentes no lugar vem do abandono do poder público.

Em quase todos os depoimentos, alegam o esquecimento “por parte dos governantes” como o problema central da Ilha do Bispo. “Pois, se houvesse interesse, os poderosos davam força pro lugar e nós vivia de novo uma perspectiva de melhora, e não esse abandono que o senhor vê por aqui”, afirma dona Josefa.

O que pesa, afinal, na representação local é o desprezo que sentem da administração municipal e dos governantes no geral em relação a políticas públicas para a pobreza e a falta de expectativa que deixam os jovens sem futuro, arriscando ações imediatistas como forma de minorar a miséria e o sentimento de frustração de se sentirem excluídos do processo de participação cidadã, na cidade, no estado e no país. Seu Armando dá continuidade ao argumento de dona Josefa. Em seu depoimento, ele afirma que

se houvesse interesse dos governantes, mais iluminação, mais guardas, mais emprego e investimento no bairro, a meninada não se envolvia com nada mais que o futuro dela. Isso só acontece porque nossa meninada não tem mais esperança, vive o dia a dia se atirando em qualquer coisa que vem pela frente, se perdendo e, muitas vezes, nesses impulsos, morrendo. Isso é triste, porque a gente mais velha sabe que isso é coisa de quem não tem mais no que apostar.

O tom conclusivo do seu Armando é aqui usado, também, para finalizar o artigo.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. (1990), O poder simbólico. Lisboa/Rio de Janeiro, Difel/Bertrand.
- ELIAS, Norbert. (1990), O processo civilizador – Vol. 1. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- _____. (1993), O processo civilizador Vol. – 2. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- _____. [e] SCOTSON, John L. (2000), Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- GOFFMAN, Erving. (1988), Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro, Guanabara.
- IBGE. (2010), O Brasil em números. Rio de Janeiro, IBGE.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (2002), “Medos corriqueiros: Em busca de uma aproximação metodológica”. *Cronos*, Vol. 3, nº 1, pp. 94-101.
- _____. (2010), “Pertencimento, medos corriqueiros e redes de solidariedade”. *Sociologias*. Vol. 12, nº 25, pp. 286-311.
- _____. (2008), De que João Pessoa tem medo? Uma abordagem em antropologia das emoções. João Pessoa, Grem/Editora Universitária UFPB.
- LOTMAN, Iuri. (1981), “Semiótica dos conceitos de vergonha e medo”. Em: *Ensaios de semiótica soviética*. Lisboa, Horizonte.
- PITT-RIVERS, Julian. (1988), “Honra e posição social”. Em: PERISTIANY, John G. (org). *Honra e vergonha: Valores das sociedades mediterrâneas*. Lisboa, Calouste Gulbenkian, pp. 11-59.
- RODRIGUEZ, Janete Lins [e] DROULERS, Martine. (1981), João Pessoa: Crescimento de uma capital. João Pessoa, Fundação Casa de José Américo.

- SENNETT, Richard. (2004), *Respeito: A formação do caráter em um mundo desigual*. Rio de Janeiro, Record.
- TEIXEIRA, Rafael Henrique. (2007), *A perda e o medo: História e imaginário em um universo social em transformação*. Dissertação (mestrado), Universidade de São Paulo.
- THÉVENOT, Laurent. (1990), “L’action qui convient”. Em: PHARO, Patrick [e] QUÉRÉ, Louis. *Les forms de l’action*. Paris, Éditions de l’EHESS, pp. 39-69.
- TIRELLI, Cláudia. (1996), *Cartografia social da violência: Estudo sobre a criminalidade na Região Metropolitana de Porto Alegre (1988-1995)*. Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- ZALUAR, Alba [e] RIBEIRO, Ana Paula Pereira da Gama Alves. (2009), “O paradoxo do subúrbio carioca”. *Novos Estudos*, Vol. 84, pp. 174-197.